

8.2.1 – Federais	1.465.440,43	15.835.809,18	
8.2.2 – Estaduais	-	5.475,73	
8.2.3 – Municipais	1.156.579,58	1.420.268,45	
8.2.4 – Estornos de Impostos, Taxas, Contribuições - Vendas Canceladas	5.305,72	-7.591.860,62	
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	-	-	
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício	3.128.943,79	2.297.999,10	

Informações Avançadas - CECOIA – SEGUP, Processo Administrativo/Eletrônico-SEAD. A PRODEPA foi alvo das seguintes premiações: **Prêmio Nacional de Acessibilidade na Web - [a1br.org-primeiro portal de notícias acessível do Brasil](http://a1br.org-primeiro-portal-de-noticias-acessivel-do-brasil)** – em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) obteve o terceiro lugar na categoria Projetos Web Sociedade na quarta edição do “Prêmio Nacional de Acessibilidade na Web-Todos@web”. Caso de sucesso da PRODEPA é destaque na Alemanha pelo investimento realizado na reestruturação do seu Data Center corporativo, com a virtualização de componentes de rede e armazenamento de dados, equipamentos e servidores, de extrema importância para o alinhamento dos negócios e diminuição do custo total de propriedade, otimizando os gastos com recursos públicos. Com relação aos resultados econômicos e financeiros a Empresa obteve um lucro líquido de **RS2.297.999,10**, não obstante o cenário de crise que vive o país e por consequência o Estado. Esse lucro reflete o empenho da Diretoria da Empresa e de seus Colaboradores na busca da eficiência no emprego dos recursos financeiros, na otimização dos gastos e na alavancagem de novos serviços visando atrair receitas próprias, focada na conquista de novos clientes em novas esferas e atividades para o aumento do faturamento e da arrecadação. Muito mais foi realizado nesse ano de profunda crise que toda a sociedade brasileira vive, porém, mesmo diante dessas adversidades a PRODEPA honrou a sua Missão de “Prover Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação ao Estado do Pará em Benefício do Cidadão”.

**PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

À Diretoria da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA

Examinamos as demonstrações contábeis da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis - Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis - O contas a receber da empresa está composto por valores vencidos remanescentes de anos anteriores no montante de R\$ 20.413.618, e a provisão para perdas com créditos foi constituída no montante de R\$ 2.891.679. Nossa análise indicou a necessidade de provisão adicional de R\$ 9.844.851, que complementa os créditos vencidos há mais de cinco anos existente no contas a receber da empresa. A empresa mantém registrado em seu ativo imobilizado o montante de R\$ 43.816.087, em valores de custos histórico, e depreciações acumuladas de R\$ 27.058.929, originando o valor líquido de R\$ 16.757.157. Não tivemos acesso aos relatórios analíticos de controles individuais dos bens e controle das respectivas taxas de depreciações para verificar a consistências dos valores contabilizados bem como verificar os cálculos das depreciações acumuladas. Possíveis ajustes no resultado do exercício e patrimônio líquido não foram quantificados. A administração da empresa não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da entidade ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido. Não foram realizados os cálculos de provisões de férias e seus respectivos encargos sociais e fiscais, portanto as demonstrações contábeis encerradas naquela data deixou de registrar os valores devidos correspondentes as despesas de férias de seus funcionários. Possíveis ajustes no resultado do exercício, no patrimônio líquido e fluxo de caixa não foram quantificados devido a não constituição de provisões requeridas pelas normas contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da empresa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, o alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Outros Assuntos- Auditoria do período anterior - As demonstrações contábeis da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ - PRODEPA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 18 de março de 2016 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis. Demonstrações do valor adicionado - As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da empresa, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis. São Paulo, 04 de abril de 2017. CONTROL AUDITORIA E CONTABILIDADE CRC 2SP 023880/O-7 “S” PA - ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA -CTCRC1SP242826/O-3 “S” PA-Sócio Responsável

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

CONTEXTO OPERACIONAL-A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Pará - PRODEPA é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, na forma da Lei Estadual N. 5.460/88 que a transformou de Autarquia para Empresa Pública. A PRODEPA tem por finalidade, planejar, programar, assessorar e executar as atividades relacionadas à prestação de serviços de tecnologia da informação e comunicação, prioritariamente para a administração pública estadual. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS- As demonstrações contábeis da EMPRESA PRODEPA foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as alterações promovidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e a norma NBC T – Normas Brasileiras de Contabilidades. As demonstrações contábeis estão ex-